

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : SALVADOR VICTOR BRAGA DA SILVEIRA
AGRAVANTE : SANDRA MARIA DA ROSA SANTOS
AGRAVANTE : SANTA ESTER VARGAS RODRIGUES
AGRAVANTE : SANTA TERESINHA DA SILVA E SILVA
AGRAVANTE : SERGIO LUIZ MEIRELLES DA COSTA
AGRAVANTE : SILVANA SALETE ROCHA ALVES
AGRAVANTE : SILVIA ELOIR FLORES EVANGELISTA
AGRAVANTE : SERGIO ROBERTO PEREIRA COUTO
AGRAVANTE : SONIA REGINA MARTINS LACERDA DA GAMA
AGRAVANTE : SUELI DIAS
AGRAVANTE : TANIA DIAS SANTOS
ADVOGADO : FERNANDO GONÇALVES GORAIEB E OUTRO(S) -
RS085916
AGRAVADO : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
BRUNO PILAU MORSCH E OUTRO(S) - RS082233
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CLÓVIS KONFLANZ E OUTRO(S) - RS022871

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

